

DECRETO Nº 6.435 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2016.

**DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO
DA COMISSÃO DE TRANSMISSÃO
DE MANDATO DO CHEFE DO
PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO
DE CUIABÁ - CTM/CBA.**

O Prefeito do Município de Cuiabá - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do art. 41 da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o que estabelece o artigo 70, parágrafo único da Constituição da República Federativa do Brasil, o qual determina o dever de prestação de contas que deve ser observado também na transmissão de mandato do chefe do Poder Executivo municipal;

CONSIDERANDO que a transmissão de mandato de Chefe do Poder Executivo municipal deve pautar-se pelos princípios da continuidade administrativa, da boa-fé e executoriedade dos atos administrativos, da transparência na gestão pública, da probidade administrativa, da publicidade e da supremacia do interesse público;

CONSIDERANDO a necessidade de subsidiar o candidato eleito para o cargo de Prefeito do Município de Cuiabá com todos os dados e informações pertinentes à implementação de seu programa de governo; e

CONSIDERANDO o que dispõe a Resolução nº 19/2016 – TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, a qual “dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos atuais e futuros Chefes de Poderes Estaduais, Municipais e dirigentes de órgãos autônomos, por ocasião da transmissão de mandato”,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão de Transmissão de Mandato do Chefe do Poder Executivo do Município de Cuiabá – CTM/CBA, com o objetivo de, junto aos

órgãos e entidades correspondentes da Administração Pública municipal, colher, guardar, analisar e apresentar os documentos elencados no art. 5º da Resolução nº 19/2016 – TP do Tribunal de Contas de Mato Grosso – TCE/MT ao candidato eleito ao mandato de Prefeito do Município de Cuiabá.

Parágrafo único. A CTM/CBA poderá, também, solicitar outros documentos que lhe convier para se concretizar uma justa, democrática e transparente transição de mandato.

Art. 2º A solicitação de acesso aos documentos de que trata o art. 1º deste Decreto, qualquer que seja sua natureza, deverá ser formulada por meio de ofício e dirigida à Secretaria Municipal de Governo e Comunicação, a quem competirá requisitar dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta os dados pertinentes.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal requisitada terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a entrega do documento, salvo fundamentada necessidade de dilação de prazo, a qual não poderá ultrapassar 10 (dez) dias corridos.

Art. 3º A CTM/CBA de que trata este Decreto terá pleno acesso às informações relativas às contas públicas, aos programas e aos projetos do governo municipal, sobretudo no que diz respeito aos dados relacionados no artigo 5º da Resolução nº 19/2016 – TP do TCE/MT.

Art. 4º A Comissão de Transmissão de Mandato será composta pelos seguintes membros:

I – Representantes do Atual Governo:

- a) Gilberto Gomes de Figueiredo – Secretário Adjunto de Assuntos Estratégicos;
- b) Rogério Luiz Gallo - Procurador-Geral do Município;
- c) Basílio Bezerra Guimarães dos Santos, Contador-Geral do Município;
- d) Wesley Emerich Bucco – Controlador-Geral do Município;
- e) Rafaela Tocantins Silva Carloto – Secretária Adjunta de Governo;

f) Marcelo Eduardo Bussiki Rondon.

II – Representantes do Governo Eleito:

- a) Ozenira Felix Soares de Souza;
- b) Elizeth Lucia de Araujo;
- c) Conye Maria da Silva Bruno;
- d) Adriana Cristina Venturoso Aleixo;
- e) Antonio Roberto Possas de Carvalho.

Art. 5º A Coordenação dos trabalhos da Comissão de Transmissão de Mandato compete:

I – pelo governo atual: Gilberto Gomes de Figueiredo;

II – pelo mandatário eleito: Ozenira Felix Soares de Souza.

Art. 6º A Comissão de Transmissão de Mandato – CTM/CBA deve solicitar junto aos setores administrativos competentes da Administração Pública do Município de Cuiabá as decisões exaradas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em relação ao exercício findo e àquele anterior, que tenham:

I – julgado as contas de gestão dos órgãos e/ou entidades em sede de prestação de contas, de tomada de contas ordinária ou de tomada de contas especial;

II – imputado débitos em face da constatação de danos ao erário;

III – julgado procedentes Denúncias e Representações relacionadas à gestão dos órgãos e/ou entidades;

IV – determinado medidas corretivas aos órgãos e/ou entidades, fixando prazo para seu cumprimento;

V – recomendado ao Poder Executivo municipal que determinasse medidas corretivas nos julgamentos das contas de governo do Chefe do Poder Executivo do Município de Cuiabá.

Art. 7º Os trabalhos necessários para o processo de transição deverão encerrar até o 5º (quinto) dia útil após a posse do candidato a Prefeito do Município de Cuiabá eleito.

Art. 8º As reuniões dos integrantes da CTM/CBA devem ser objeto de agendamento e registro sumário em atas que indiquem os participantes, os assuntos tratados, as informações solicitadas e o cronograma de atendimento das demandas apresentadas.

§1º Os integrantes da CTM/CBA que, durante o processo de transição governamental, acessarem informações protegidas por sigilo funcional, são responsáveis pelo resguardo da confidencialidade de seus conteúdos, sob a consequência de, em caso de desobediência, sofrer as sanções previstas em legislação específica.

§ 2º A CTM/CBA poderá convidar para participar das reuniões previstas neste Decreto pessoas que possam contribuir com o processo de transição governamental, observado o sigilo das informações previsto no §1º deste artigo.

Art. 9º As reuniões de que trata o art. 9º deste Decreto serão solicitadas exclusivamente pelo Coordenador da CTM/CBA do candidato eleito, diretamente ao Coordenador da Comissão de Transição da atual administração.

Art. 10. A CTM/CBA deverá elaborar relatório conclusivo sobre as informações extraídas da documentação analisada, encaminhando-o em conjunto com o respectivo rol documental ao candidato eleito ao cargo de Chefe do Poder Executivo municipal até o quinto dia útil após a posse do agente público eleito.

Art. 11. Os membros da CTM/CBA não serão remunerados em virtude das atividades designadas neste Decreto.

Art. 12. Sem prejuízo do disposto neste Decreto, os trabalhos designados à CTM/CBA devem se pautar nas legislações que regem a matéria, sobretudo na Resolução nº19/2016 – TP do TCE/MT.

Art. 13. As eventuais dúvidas para execução deste Decreto serão dirimidas pela CTM/CBA, cabendo ao Coordenador do governo atual expedir normas complementares.



Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Alencastro, em Cuiabá - MT, 07 de novembro de 2016.

MAURO MENDES FERREIRA

Prefeito Municipal

